

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**Uma nova ferramenta em busca do desenvolvimento sustentável:
o Índice de Progresso Social**

Rafael Ramos Rondinelli

No. De matrícula: 0811091

Orientador: Sergio Besserman Vianna

Junho 2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**Uma nova ferramenta em busca do desenvolvimento sustentável:
o Índice de Progresso Social**

Rafael Ramos Rondinelli

No. De matrícula: 0811091

Orientador: Sergio Besserman Vianna

Junho 2014

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”.

Rafael Ramos Rondinelli

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos meus pais pelo apoio, dedicação e paciência desde o meu nascimento. Agradeço também ao meu orientador Sergio Besserman Vianna, pois sem suas diretrizes e conhecimento, este trabalho não poderia ter sido concluído. Por último agradeço a minha namorada e meus amigos e todos aqueles que me apoiaram durante esta importante etapa em minha vida.

Sumário

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO II – METODOLOGIA	9
CAPÍTULO III – INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE	10
III.1 – PEGADA ECOLÓGICA (<i>ECOLOGICAL FOOTPRINT</i>).....	11
III.2 – BARÔMETRO DE SUSTENTABILIDADE (<i>BAROMETER OF SUSTAINABILITY</i>)...	16
III.3 – PAINEL DE SUSTENTABILIDADE (<i>DASHBOARD OF SUSTAINABILITY</i>)	19
CAPÍTULO IV – O ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL	22
CAPÍTULO V – CONCLUSÃO	29
CAPÍTULO VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

Sumário de figuras

1. Pegada Ecológica: Estados Unidos.....	14
2. Pegada Ecológica: Brasil.....	15
3. Pegada Ecológica Mundial.....	15
4. O Barômetro de Sustentabilidade.....	18
5. Painel da Sustentabilidade.....	20
6. Índice de Progresso Social.....	22
7. Índice de Progresso Social: Subíndices.....	23
8. Os dez melhores países segundo o IPS.....	26

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

A forte demanda dos países asiáticos, principalmente da China, aliada ao desenvolvimento de novas economias emergentes na África, deve pressionar cada vez mais os recursos naturais do planeta. Nestes países, haverá uma forte necessidade de investimentos em infraestrutura básica, além de um esperado movimento de migração para os novos centros urbanos, demandando não só produtos para a construção civil, como também alimentos e outros recursos naturais. Espera-se, então, que um aumento na demanda por alimentos e infraestrutura, pressione ainda mais os recursos naturais do planeta, sendo então, altamente prejudicial ao meio ambiente e, conseqüentemente, condenando a qualidade de vida, não só da sociedade do presente, como, principalmente, das gerações futuras.

Temos, por um lado, que o modelo de desenvolvimento econômico atual, baseado em indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB), que medem apenas o crescimento econômico em si, mostra-se nocivo a toda comunidade internacional, não só pelo uso insustentável dos recursos naturais e a baixa taxa de reciclagem e reutilização dos materiais, como também por ser um modelo socialmente excludente, deixando grande parcela da população às margens da sociedade.

Por outro lado, um modelo que visa um desenvolvimento sustentável a longo prazo, ou seja, aquele que seja economicamente sustentado, socialmente incluyente e ecologicamente prudente tem sido cada vez mais tema de debates que incluem não só ambientalistas, como também ecologistas, economistas, políticos entre outros.

Diante dos fatos expostos acima, a discussão a respeito da insustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento econômico e a busca por um modelo de desenvolvimento sustentável a longo prazo ganhou força e relevância não só na mídia internacional, como também nas políticas públicas dentro e entre os países ao redor do mundo.

Consideramos, nesse sentido, que a compreensão de novas maneiras de se medir o desenvolvimento em busca de um modelo de desenvolvimento sustentável, seja de grande relevância tanto para atender as demandas da sociedade do presente sem prejudicar nem comprometer a capacidade das próximas gerações buscarem e atingirem suas necessidades próprias, quanto para auxiliar a formulação de políticas públicas e econômicas em geral que busquem atingir tal objetivo.

Desta forma, este trabalho busca, através da comparação do Índice de Progresso Social com outros indicadores de sustentabilidade, mostrar que o atual modelo de desenvolvimento de consumo é insustentável no curto e no longo prazo, fazendo-se necessária uma mudança de postura dos principais líderes mundiais e também da sociedade.

Assim, o estudo está dividido de forma a contemplar com o segundo capítulo a metodologia a ser utilizada ao longo do trabalho.

No terceiro capítulo discutiremos os antigos indicadores de sustentabilidade: o *Ecological Footprint Method*, o *Barometer of Sustainability* e o *Dashboard of Sustainability*. Analisaremos brevemente o surgimento e os conceitos básicos a respeito de cada indicador enfatizando os pontos fortes e fracos de cada um.

No quarto capítulo detalharemos o novo índice de sustentabilidade, o Índice de Progresso Social (IPS). Descreveremos como surgiu o indicador, que tem o economista Michael Porter como um de seus idealizadores, através da análise da metodologia e dos componentes que fazem parte do IPS. Além disso, analisaremos os fatores positivos do índice e possíveis pontos negativos. Por último, vamos analisar os resultados obtidos para alguns países.

Por fim, no quinto e último capítulo apresentamos uma conclusão e discutiremos possíveis extensões para o trabalho. Vale ressaltar, que este estudo visa analisar e compreender os índices de sustentabilidade, principalmente o Índice de Progresso Social,

e demonstrar a importância de se medir de maneira eficiente os impactos das atividades econômicas do mundo na atualidade, com o objetivo de incentivar a busca por um modelo de desenvolvimento sustentável.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA

A metodologia a ser implementada ao longo do trabalho será a análise de textos que tratam da questão da sustentabilidade, busca por novos indicadores e necessidade de mudanças na sociedade afim de se atingir um modelo de desenvolvimento sustentável não só no curto, como também no longo prazo.

Além disso, incluir a preocupação do setor privado, inclusive de grandes companhias multinacionais, em ter uma melhor forma de medir o impacto de suas atividades no entorno de suas áreas de atuação. Para tal, analisaremos e compararemos com outros índices, um novo indicador de sustentabilidade, criado pelo economista Michael Porter, da *Harvard Business School*, o Índice de Progresso Social (IPS).

Aliado a isso, a pesquisa a ser feita a respeito do tema e suas implicações já citadas será documental, ou seja, através dos textos já existentes sobre o assunto, periódicos e estudos já realizados previamente e sites na internet, principalmente o sítio eletrônico do *Social Progress Imperative*, o site oficial do IPS.

CAPÍTULO III – INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

O rápido e recente crescimento econômico, basicamente dos últimos cinquenta anos, foi capaz de retirar milhões de pessoas da miséria e, além disso, beneficiou a vida de muitas outras. Entretanto, um modelo de desenvolvimento baseado apenas no crescimento econômico em si demonstra-se cada vez mais um modelo incompleto e insustentável. Uma sociedade ideal em termos de desenvolvimento sustentável não deve buscar somente o crescimento econômico, mas sim prover necessidades humanas básicas para a sobrevivência, proteger o meio ambiente e promover aos cidadãos as oportunidades para conseguirem melhorar a sua qualidade de vida.

A busca por um modelo de desenvolvimento que atenda as questões acima citadas sendo mais amplo nas suas preocupações e mais incluyente socialmente necessita de novas maneiras de medidas, com as quais os formuladores de políticas e cidadãos possam avaliar a performance nacional. A sociedade deve parar de medir o desenvolvimento simplesmente através do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), e incluir na sua avaliação índices que medem a saúde social e ambiental de uma determinada região. Acompanhar a performance social e ambiental de um país de maneira rigorosa pode nos dar mais conhecimento a respeito dos problemas que a sociedade está vivendo no momento e assim, melhorar as decisões de investimentos dos líderes públicos e privados. Podemos desencadear um sucesso econômico ainda melhor do que aquele que vivemos hoje, se formos capazes de medir o progresso social de maneira eficiente para nos ajudar a transmitir os ganhos econômicos em benefícios sociais e ambientais.

“ O que nós medimos afeta o que nós fazemos, e uma melhor medição conduzirá a melhores decisões, ou, pelo menos, a diferentes decisões. ” (Joseph Stiglitz, 2009)

Essa frase de Joseph Stiglitz retrata bem a importância de se encontrar novas maneiras eficientes de se medir os impactos das atividades econômicas em um âmbito social e ambiental. Apesar da clara correlação entre aumento do PIB per capita e

progresso social e ambiental, a saúde de uma sociedade não depende apenas do desenvolvimento das atividades econômicas.

A partir de agora, buscaremos então, mostrar algumas das novas maneiras de se medir o desempenho econômico, social e ambiental de um determinado país ou região, analisando três indicadores de sustentabilidade: a Pegada Ecológica, o Barômetro da Sustentabilidade e o Painel da Sustentabilidade. Mais adiante, detalharemos o mais novo e amplo índice que busca guiar a sociedade para um modelo de desenvolvimento sustentável, o Índice de Progresso Social.

III.1 – Pegada Ecológica (*Ecological Footprint*)

A Pegada Ecológica (conhecido em inglês como *Ecological Footprint*), foi elaborada pela Organização Não-Governamental chamada *Redefining Progress*, criada por Ted Halstead com o objetivo de desenvolver e também promover políticas públicas em busca de um desenvolvimento econômico que seja socialmente incluyente e ecologicamente sustentável.

Este indicador de sustentabilidade é um índice estritamente ambiental. Ele mede a quantidade necessária de terras ecologicamente produtivas renováveis e não renováveis que uma certa população, seja ela uma pessoa, uma cidade, um país ou até mesmo o planeta como um todo, usa, não só para suprir sua demanda por recursos naturais como também para absorver os dejetos provenientes de suas atividades. Em outras palavras, a pegada ecológica representa um determinado espaço ecológico necessário para sustentar um determinado sistema ou unidade.

O ecologista e professor da Universidade de Colúmbia Britânica, William Rees, foi o primeiro a utilizar o termo pegada ecológica em 1992. Três anos mais tarde, Rees e Mathis Wackernagel, publicaram o livro *Our Ecological Footprint: Reducing Human Impact on the Earth*, em um estudo pioneiro acerca da capacidade biológica do planeta.

A partir daí, a pegada ecológica passou a ser usada como um indicador de sustentabilidade ambiental, uma vez que pode ser usada para medir o uso de recursos através da economia com o objetivo de gerenciá-los melhor e com um grande potencial educativo para a sociedade.

O cálculo da pegada ecológica é feito a partir da separação do espaço considerado biologicamente produtivo do planeta em formas de utilização. São eles: a queima de combustíveis fósseis, a pesca e retirada de outros elementos marinhos, o extrativismo de madeira, a construção de infraestrutura, as colheitas dos produtos agrícolas e as pastagens. Desta maneira, o cálculo da pegada ecológica está associado a cada forma de uso do espaço biologicamente produtivo do planeta e se dá através da quantidade de terras cultivadas que são necessárias para se produzir os bens agrícolas consumidos pela população; da quantidade de terra de floresta necessária para a extração de produtos florestais; das áreas utilizadas tanto para construções de habitação como de infraestrutura; da superfície necessária afim de atender a demanda por energia; da quantidade de terra usada nas pastagens para a produção de diversos produtos como laticínios e carnes e da superfície necessária para a criação e pesca de peixes e diversos outros elementos marinhos necessários para a atividade econômica humana.

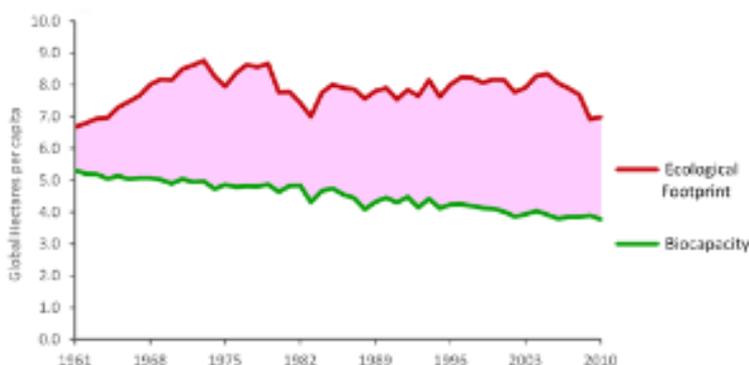
Um importante fator a ser destacado é o fato de que, os seres humanos, diferente de outros seres vivos, possuem um hábito de consumo que não pode ser determinado apenas biologicamente. Além de seu metabolismo biológico, o ser humano possui também um certo metabolismo industrial e cultural. No entanto, o método que envolve a pegada ecológica supera essa limitação, pois ele procura calcular a área necessária para que uma sociedade de um determinado sistema possa se manter indefinidamente ao longo do tempo.

A globalização fez com que as fronteiras entre os países diminuíssem ou até mesmo deixassem de existir, dependendo da análise que está sendo feita. Podemos aplicar tal fato ao tipo de informação que a pegada ecológica nos fornece. O resultado final do índice em questão para os países nos permite saber aqueles que se encontram em um

déficit de hectares, isto é, aqueles países em que o consumo de hectares supera a quantidade de terras disponíveis dentro do país. Isso só é possível uma vez que o espaço físico necessário para uma população manter seu padrão de consumo não possui fronteira. O avanço da sociedade faz com que, muitos dos produtos consumidos em um determinado país são, na verdade, produzidos em outros lugares ou utilizando recursos naturais de outros países.

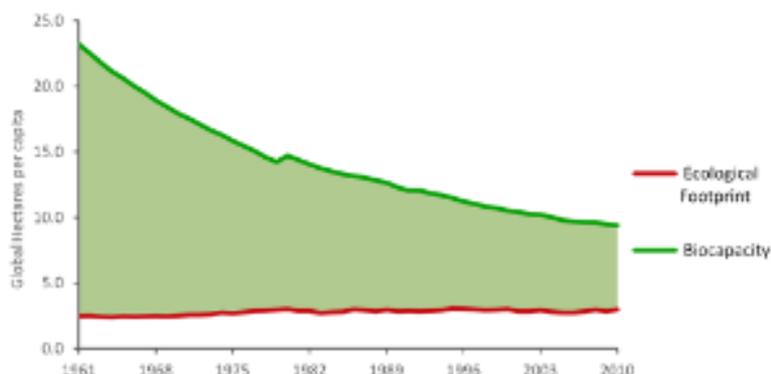
Sabe-se, também, que quanto maior o grau de desenvolvimento tecnológico de um país, maior é a sua taxa de utilização de recursos naturais. A figura 1 mostra o resultado do cálculo da pegada ecológica para os Estados Unidos. Podemos observar que a quantidade de área necessária para suprir as atividades econômicas do país excede, e muito, a capacidade biológica do território dos Estados Unidos. Por outro lado, a figura 2 apresenta o cálculo da pegada ecológica para o Brasil. Ao contrário dos Estados Unidos, podemos observar que a biocapacidade do território brasileiro supera a quantidade de terra necessária para suprir as atividades econômicas do país. Entretanto, podemos observar no gráfico, que tal biocapacidade vem diminuindo ao longo dos anos, e se o ritmo de uso das terras se manter sem que nada seja feito, a utilização de terras no Brasil vai superar sua biocapacidade.

Figura 1 – Pegada Ecológica: Estados Unidos



Fonte: Global Footprint Network

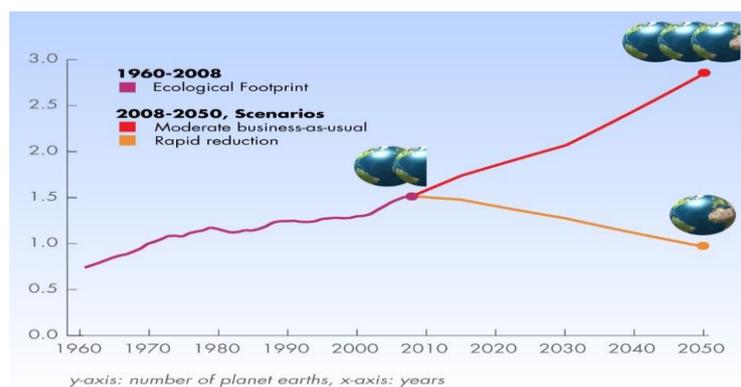
Figura 2 – Pegada Ecológica: Brasil



Fonte: Global Footprint Network

A figura 3 representa o cálculo da pegada ecológica em um âmbito global e nos mostra um cenário, de certa forma, assustador. Podemos ver no gráfico que, atualmente, a humanidade utiliza cerca de 50% de recursos a mais do que a capacidade natural de regeneração de tais recursos. Além disso, o gráfico mostra mais duas curvas que representam dois cenários diferentes: uma curva vermelha e uma laranja. A curva vermelha representa a evolução da pegada ecológica da humanidade caso o ritmo de expansão econômico e o atual modelo de desenvolvimento da sociedade se mantenha sem que haja alterações em busca de um desenvolvimento mais sustentável. Tal resultado pode ser catastrófico em um horizonte não muito distante chegando em um cenário, em 2050, no qual a humanidade utilizará cerca de 200% a mais de recursos do que a capacidade natural de regeneração. Entretanto, caso haja uma rápida redução na utilização de tais recursos, podemos ver através da linha laranja, que é possível reduzir tal utilização e manter o ritmo de desenvolvimento da sociedade dentro da biocapacidade do planeta.

Figura 3 – Pegada Ecológica Mundial



Fonte: Global Footprint Network

Assim como todo e qualquer índice, a Pegada Ecológica possui pontos negativos e positivos. Entre os pontos positivos, vale destacar que o índice pode ser utilizado em qualquer esfera, seja ela global, nacional, local ou até mesmo individual. Além disso, o indicador também é importante, pois destaca fortemente a dependência do meio ambiente natural, uma vez que possui um resultado impactante (vide gráfico dos Estados Unidos – figura 1) tendo então, uma maior influência sobre a sociedade civil como um todo. Como ponto negativo, podemos destacar que é um indicador estritamente ambiental, pois utiliza apenas uma dimensão, não avaliando o desenvolvimento social por exemplo. Além disso, o índice apenas indica que o ritmo de desenvolvimento como um todo de determinada região não é compatível com a biocapacidade da mesma, e não aponta os pontos mais críticos e mais nocivos ao meio ambiente, dificultando a formulação e implementação de mudanças.

Uma curiosidade do indicador em questão é que, ele está apenas começando a introduzir as áreas marinhas em suas análises. Isso se deve pelo fato de que, apesar da utilização de recursos marinhos pela sociedade, sabe-se que os oceanos produzem uma pequena parcela do consumo humano total e, além disso, o mar está menos sujeito à política e à gestão ambiental do que as áreas terrestres. Isso pode ser considerado um ponto negativo da pegada ecológica como indicador de sustentabilidade uma vez que os oceanos, atualmente, são utilizados como despejo, principalmente de esgoto, de inúmeras cidades ao redor do mundo.

A Pegada Ecológica é um índice que mede basicamente a pressão que a sociedade exerce sobre o planeta Terra, sendo uma espécie de capacidade biológica. Apesar de não ter muita influência sobre os tomadores de decisão, é interessante ressaltar o indicador como uma grande ferramenta educativa, uma vez que aparece em diversos estudos desde sua criação e foi capaz de demonstrar a gravidade da crise ambiental que a humanidade já está vivendo.

III.2 – Barômetro de Sustentabilidade (*Barometer of Sustainability*)

A ferramenta de mensuração conhecida como Barômetro de Sustentabilidade (*Barometer of Sustainability*) foi elaborada por diversos pesquisadores e especialistas dos institutos *International Union for Conservation of Nature (IUCN)* e *International Development Research Centre*, tendo o pesquisador Prescott-Allen como um dos principais envolvidos no desenvolvimento do indicador. Segundos os autores do estudo, tal índice é designado para auxiliar na avaliação da sustentabilidade de um sistema os tomadores de decisões, às agências governamentais e não-governamentais e também para pessoas envolvidas com questões relativas ao desenvolvimento sustentável em qualquer esfera, seja ela regional ou global.

O Barômetro de Sustentabilidade é uma ferramenta que traz a possibilidade de se combinar diversos indicadores, tendo como principal característica a capacidade de agregar índices ao utilizar diversos dados diferentes, permitindo, então, que os usuários cheguem a conclusões a partir de muitos dados considerados contraditórios. (Prescott-Allen, 1999).

O índice busca medir os aspectos mais representativos de um sistema, com o objetivo de mensurá-lo como um todo no que se refere à sociedade e à ecossfera, através de indicadores do bem-estar da sociedade e do meio ambiente.

Todo indicador de sustentabilidade possui um conceito de desenvolvimento sustentável próprio que define as diretrizes do estudo e importância e relevância de cada dimensão. Os elaboradores da ferramenta acreditam que tal conceito pode ser entendido a partir de quatro etapas que são interligadas: globalidade, levantamento de questões, instituições reflexivas e foco nas pessoas. É interessante ressaltar a ideia de globalidade e do foco nas pessoas. A primeira diz que o ser humano faz parte do ecossistema, portanto não deve ser tratado de forma separada, tendo então, importância igual no modelo de sustentabilidade. A segunda acredita que, não só o surgimento dos problemas, mas

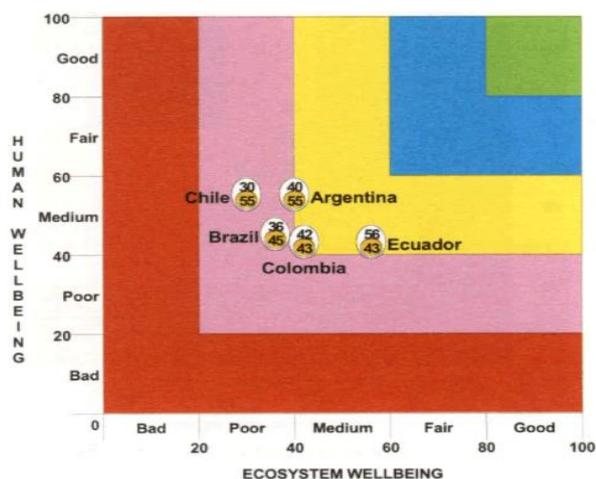
também a solução desses problemas está nas pessoas. Acredita-se que o Barômetro da Sustentabilidade deve fornecer informações suficientes que possibilitem influenciar o comportamento das pessoas.

O Barômetro da Sustentabilidade, permite combinar vários indicadores afim de se formar os índices capazes de fornecer os resultados do sistema. Devido ao fato de que, as medidas dos indicadores não são sempre representadas na mesma unidade de medida, os elaboradores do Barômetro da Sustentabilidade resolveram utilizar uma escala de performance para poder combinar os índices de cada dimensão. Assim, o índice representa graficamente a combinação entre os aspectos mais representativos do sistema através de indicadores do bem-estar humano e do bem-estar do meio ambiente.

A figura 4 traz a representação gráfica da ferramenta em questão. Podemos ver os dois eixos representando as duas dimensões utilizadas no indicador. O eixo do bem-estar do ecossistema é uma função de fatores do meio ambiente como biodiversidade, ar, água e utilização dos recursos naturais. Tal dimensão busca identificar possíveis tendências da utilização dos recursos provenientes do meio ambiente no tempo. Já o eixo do bem-estar humano busca identificar o nível geral de bem-estar da sociedade, sendo então uma função de parâmetros de desenvolvimento social como desemprego, renda, violência entre outros. Os eixos ainda são divididos em cinco setores, que variam de ruim até bom de acordo com a pontuação de cada dimensão. Através da representação gráfica, o Barômetro da Sustentabilidade busca avaliar em conjunto os principais fatores da sustentabilidade. Após calcular os índices para a região em questão (no caso do gráfico abaixo são os países Chile, Colômbia, Brasil, Argentina e Equador), para cada uma das dimensões, os dados são colocados no gráfico e o ponto de intersecção entre eles representa uma foto da sustentabilidade do sistema em questão. Podemos ver que o Brasil teve, em 2001, nota 36 na dimensão do bem-estar do ecossistema, localizando-se no setor ruim deste eixo. Na dimensão do bem-estar humano, o Brasil teve nota 45, que o deixa no setor médio em tal competência. Verifica-se que a Argentina e o Equador possuem os melhores desempenhos entre os países citados, sendo que o primeiro obteve melhor

performance no bem-estar do ecossistema enquanto o segundo obteve desempenho melhor no bem-estar humano.

Figura 4 – O Barômetro de Sustentabilidade



Fonte: Prescott-Allen, 2001

Entre os pontos fortes do Barômetro da Sustentabilidade, vale destacar que o índice revela a forte dependência do meio ambiente natural, destacando a importância do tema. Além disso, utiliza duas dimensões (social e ambiental), o que dá maior credibilidade e visibilidade para a ferramenta, e possui maior influência sobre os tomadores de decisão ao ter representação visual. Entretanto, o indicador, ao trabalhar com um agregado de índices que nem sempre são representados nas mesmas unidades de medida, acaba ameaçando a coerência do resultado da análise. Além disso, a construção do índice não se demonstra simples, tendo então, pouco impacto no público-alvo devido à dificuldade de compreensão e interpretação dos resultados. Quanto ao escopo, o indicador não utiliza dimensões econômicas e nem institucionais e, diferentemente da Pegada Ecológica, o Barômetro da Sustentabilidade não consegue trabalhar nas esferas organizacional e individual.

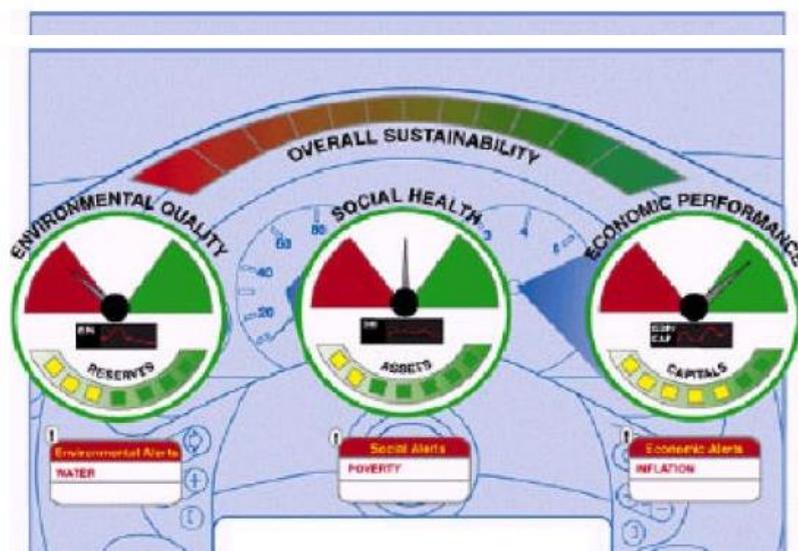
III.3 – Painel de Sustentabilidade (*Dashboard of Sustainability*)

Atualmente liderado pelo *Consultative Group on Sustainable Development Indicators* (CGSDI), grupo de trabalho que funciona em uma rede de instituições que atuam na área de desenvolvimento utilizando sistemas de indicadores de sustentabilidade, as pesquisas feitas sobre o Painel de Sustentabilidade (*Dashboard of Sustainability*) se iniciaram na segunda metade da década de 90. Tal pesquisa foi fruto de uma ação conjunta de diversas instituições afim de criar uma ferramenta robusta de indicadores de sustentabilidade que fosse internacionalmente aceita.

O Painel da Sustentabilidade é um índice agregado que abrange, no mínimo, três dimensões: uma dimensão ambiental, que consiste, por exemplo, na qualidade da água, ar e solo, lixo tóxico, entre outros; uma dimensão social, que engloba problemas como crime, pobreza, saúde pública, educação; e por último uma dimensão econômica que abrange o emprego, investimentos, produtividade, inflação, etc.

O indicador funciona como uma representação visual de três conjuntos de indicadores de sustentabilidade, cada um relacionado com cada dimensão citada anteriormente. Temos então que, o modelo simples do Painel da Sustentabilidade demonstra três mecanismos de controle que representam, cada um, a performance da economia, do avanço social e da qualidade do meio ambiente para a região em questão. Devido à representação visual do Painel da Sustentabilidade, o próprio nome já induz a comparação e representa uma metáfora com o painel de um automóvel, como podemos ver na figura abaixo.

Figura 5 – Painel da Sustentabilidade



Fonte: Adaptado de Hardi & Zdan, 2000.

A figura 5 é a representação visual do Painel da Sustentabilidade. Segundo os autores da ferramenta de medição, cada mostrador do painel agrega indicadores de fluxo e estoque, dado a sua dimensão (seja ela econômica, social ou ambiental) formando então um único índice que demonstra o nível em que se encontra aquela sociedade. Podemos perceber as três dimensões já citadas anteriormente, em uma metáfora com um painel automotivo, demonstrando possíveis problemas para cada dimensão: na dimensão da qualidade ambiental, o índice está apontando problemas com a qualidade da água; já na dimensão da saúde social, ele aponta dificuldades com pobreza; e por último, na performance da economia, o indicador diz que a inflação está sendo um dos problemas econômicos.

O formato do Painel da Sustentabilidade representa uma importante ferramenta afim de auxiliar os tomadores de decisão, tanto públicos quanto privados, a reavaliar suas estratégias e políticas de desenvolvimento. Tal representação, segundo os autores, tem a capacidade de chamar a atenção do público-alvo.

Seguindo uma orientação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS), foi implementado mais uma dimensão com o objetivo de melhorar a comparação entre as nações: a dimensão institucional que engloba fatores como

implementação estratégica do desenvolvimento sustentável, cooperação internacional, acesso à informação, infraestrutura de comunicação, entre outros. Entretanto, ao se introduzir mais uma dimensão no índice, pode-se comprometer a percepção de graves problemas enfrentados em alguma dimensão específica, uma vez que o desempenho geral do indicador pode maquiar o desempenho ruim de uma das dimensões.

Assim como todo índice que busca mensurar aquilo que foi proposto, o Painel da Sustentabilidade possui pontos fortes e fracos na sua elaboração. Entre os pontos fortes, podemos destacar que o índice possui uma influência maior sobre os tomadores de decisão devido a sua credibilidade ao utilizar, no mínimo, três dimensões e também possui uma representação visual, o que facilita o entendimento e divulgação do indicador. Além disso, segundo Van Bellen (2006), a ferramenta é capaz de identificar pontos fracos e fortes ao comparar uma região com outras ou em diferentes momentos do tempo. Entretanto, entre os pontos fracos, vale destacar que o Painel da Sustentabilidade, pode mascarar a dependência dos recursos naturais ao utilizar muitas dimensões e também não pode ser utilizado em um âmbito individual. Além disso, por ser um índice relativamente complexo, ele tem pouco impacto no público-alvo, que seria a sociedade como um todo.

CAPÍTULO IV – O ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL

O Índice de Progresso Social (IPS), conhecido em inglês como *Social Progress Index*, foi desenvolvido em 2013 pelo economista Michael Porter, da *Harvard Business School*, e pela instituição *Social Progress Imperative* em conjunto com economistas do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e apoiado por organizações como Cisco e Deloitte. O estudo foi divulgado na Conferência de Ethos 2013, realizado no Instituto Tomie Ohtake, na zona oeste de São Paulo, e contou com uma plateia cheia de líderes do setor público e privado. Vale ressaltar que, Michael Porter foi um dos grandes economistas que consideravam que o crescimento do PIB era a chave para o desenvolvimento e futura melhora da qualidade de vida das sociedades ao redor mundo. Ter uma personalidade tão influente, admitindo a ineficácia do atual modelo de desenvolvimento econômico e sendo um dos criadores de um novo índice de sustentabilidade demonstra a clara e urgente necessidade de mudanças de parâmetros da sociedade em busca de um desenvolvimento sustentável, além de garantir grande credibilidade ao novo indicador.

O objetivo do IPS, entre outros, é prover informações objetivas sobre o bem-estar humano aos formuladores de políticas, organismos internacionais de desenvolvimento, empresas e organizações da sociedade civil, para que estes possam direcionar melhor seus investimentos nas respectivas áreas de interesse.

Figura 6 – Índice de Progresso Social



Fonte: <http://www.socialprogressimperative.org>

Como podemos ver na figura 6 acima, o novo indicador de progresso social mede resultados ambientais e sociais através de dados altamente confiáveis e com respaldo da comunidade internacional de fontes como Banco Mundial e Organização Mundial da Saúde (OMS). Tais dados são agrupados em três categorias principais denominadas: necessidades humanas básicas, fundamentos de bem-estar e oportunidades. Cada dimensão possui diversos subíndices que entram no cálculo da performance da categoria principal, que por sua vez são decompostos em fatores que ajudam a explicar a performance do subíndice em questão, como pode ser observado na figura 7 abaixo. A dimensão de oportunidades, por exemplo, inclui entre seus subíndices o direito pessoal e acesso à educação avançada de qualidade. Entre os fatores que explicam e quantificam a performance do direito pessoal, encontram-se direitos políticos, liberdade de expressão, garantia do direito privado entre outros. Já a dimensão de fundamentos do bem-estar inclui questões como acesso ao conhecimento básico, acesso à informação e comunicações (internet, televisão, etc.) e a sustentabilidade do ecossistema. Entre os fatores que explicam o acesso ao conhecimento básico, estão, entre outros, a taxa de alfabetização de adultos e a quantidade de matrículas na escola primária. A dimensão de necessidades humanas básicas tem entre seus subíndices questões como nutrição e assistência médica básica, segurança entre outros. Temos a desnutrição, taxa de mortalidade infantil e morte por doenças infecciosas como fatores que explicam o subíndice de nutrição e assistência médica básica.

Figura 7 – Índice de Progresso Social: Subíndices



Fonte: <http://www.socialprogressimperative.org>

A primeira categoria, necessidades humanas básicas, trata de como um país fornece as necessidades essenciais de sobrevivência para sua população medindo fatores como: segurança pessoal, condições adequadas de moradia que atinja as necessidades básicas como saneamento, água encanada, acesso a água potável, acesso a assistência médica básica e se a população tem acesso a alimentos suficientes para manter uma vida alimentar saudável.

A segunda categoria, fundamentos de bem-estar social mede o acesso da população à educação básica, acesso às informações tanto de dentro como de fora do seu próprio país. Além disso, mede também se as pessoas têm acesso a assistência médica avançada (acima da assistência médica básica mencionada na categoria anterior) e se tem condições de viver uma vida saudável através da avaliação da proteção da qualidade do ar, água, solo, e diversos outros recursos naturais considerados críticos para o bem-estar da sociedade não só do presente, como também do futuro.

A terceira e última categoria, denominada oportunidades, trata, principalmente, da questão dos direitos da população em relação à liberdade de expressão e de escolha. Trata também de questões sociais como, o grau de preconceito contra homossexuais, se há perseguição política dentro do país e até mesmo da tolerância religiosa. Além disso, tal dimensão inclui também o grau de acesso à educação avançada por todos aqueles que desejam aprofundar seus conhecimentos. O IPS é pioneiro ao abordar questões como direito das mulheres, tolerância com imigrantes entre outros fatores sociais como indicadores de progresso social. Isso é importante pois, uma sociedade que consiga garantir o respeito e os direitos sociais de tais grupos pode apresentar maior desenvolvimento ao trazer essas pessoas para a formulação de políticas e implementação de mudanças.

O economista Michael Porter faz questão de ressaltar que o Índice de Progresso Social é diferente de outros índices subjetivos, como por exemplo o Índice de Felicidade Bruta: “ *Queremos medir o progresso social nos países a partir de dados concretos de fontes oficiais.* ” (Michael Porter, 2013)

O cálculo do Índice de Progresso Social para os países é uma simples média das três dimensões de progresso social citadas acima. A nota de cada dimensão, por sua vez, também corresponde a uma média dos quatro componentes que explicam cada dimensão. Além disso, os indicadores que explicam cada um dos quatro componentes abaixo de cada dimensão são rigorosamente escolhidos com base na qualidade e abrangência dos dados entre os países selecionados para a pesquisa, ou seja, os dados têm que ter uma metodologia consistente, serem compilados pela mesma organização e estarem disponíveis para todos ou para quase todos os países em questão, garantindo um alto nível de credibilidade e aceitação por parte da comunidade internacional. Tanto a nota final do IPS para um determinado país, como a nota para cada uma das dimensões e seus respectivos componentes variam numa escala de 0-100.

Inicialmente o índice foi calculado para apenas 50 países em 2013. Em 2014, o estudo foi ampliado e o índice foi calculado para 132 países. O país com melhor performance foi a Nova Zelândia, com nota 88,24, seguido pela Suíça com 88,19 e a Islândia com 88,07. A Nova Zelândia tem boa performance em áreas como água e saneamento, entretanto o índice indica que o país pode e deve investir mais na sustentabilidade do ecossistema. Isso retrata a eficácia do Índice de Progresso Social em demonstrar em que áreas o país deve intensificar seus esforços e investimentos, mesmo naqueles países que já possuem um bom progresso social instaurado no seu território.

Apesar de ser o país com a melhor colocação entre os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o Brasil ocupa apenas a 46ª posição no ranking com uma nota geral de 69,97. Segundo Michael Porter, nos últimos anos o Brasil se comprometeu com o desenvolvimento social e com os grupos desfavorecidos através de uma política pública fortemente assistencialista, o país conseguiu trazer grande parcela da população considerada classe baixa, para a classe média, além de diminuir drasticamente os níveis de miséria, o que garantiu uma melhor performance no progresso social. Entretanto, aliado a isso, o Brasil adotou políticas de incentivo a construção de rodovias e viadutos nas cidades e também incentivos a venda de automóveis, deixando o transporte urbano das grandes cidades caótico. Além disso, o país ainda tem muito a melhorar,

principalmente nas áreas de segurança, sustentabilidade do ecossistema e acesso à educação avançada.

Figura 8 – Os dez melhores países segundo o IPS

Countries	Social Progress Index
New Zealand	88.24
Switzerland	88.19
Iceland	88.07
Netherlands	87.37
Norway	87.12
Sweden	87.08
Canada	86.95
Finland	86.91
Denmark	86.55
Australia	86.10

Fonte: <http://www.socialprogressimperative.org>

O Índice de Progresso Social mostra que o desenvolvimento econômico é diferente do avanço social, apesar de existir uma correlação entre eles. Alguns países com um PIB per capita baixo apresentam performances surpreendentes em diversos fatores de progresso social, enquanto alguns países considerados desenvolvidos registram um progresso social abaixo do esperado. Os Estados Unidos é um exemplo claro disso. Apesar de possuir a segunda maior renda per capita do mundo, o país ocupa apenas a 16ª posição no ranking de progresso social. As piores performances são relacionadas à segurança, sustentabilidade do ecossistema e tolerância e inclusão.

“ O progresso social também induz o desenvolvimento econômico. É preciso ir além da filantropia, da simples doação de dinheiro para projetos sociais. As empresas precisam participar, criar e compartilhar valores. ” (Michael Porter, 2013)

Essa declaração de Porter reforça a responsabilidade do setor privado na atuação como indutor do progresso social. O economista acredita que as empresas precisam encontrar melhores formas de se medir o impacto de suas atividades no entorno de suas áreas de atuação, podendo então participar com inovações sociais e criação de soluções com o objetivo de reduzir custos. O IPS dá essa oportunidade ao setor privado uma vez que é capaz de calcular o resultado para municípios e áreas de atuação das empresas em um âmbito regional. Segundo os autores, a expansão do cálculo para níveis estaduais e provinciais é o próximo foco do projeto. Tais cenários em menor escala são de suma importância, principalmente para países com largos territórios, pois o estudo atual mostra a performance média de um país, porém a performance pode ser bem diferente de estado para estado.

O Índice de Progresso Social se mostra uma importante ferramenta de análise para o setor privado, os líderes públicos, sociedade civil e organizações ao redor do mundo buscarem um desenvolvimento sustentável a longo prazo. Comparado com os outros indicadores de sustentabilidade já detalhados neste trabalho, o índice, que já foi oficialmente adotado por Paraguai e Costa Rica, mostra-se uma ferramenta mais completa e que abrange diversos aspectos da sociedade, sendo capaz de mensurar os setores que estão precisando de mais investimentos. Conforme a descrição dada neste capítulo, o IPS é um indicador que consegue captar uma imagem completa da situação econômica, social e ambiental de um país através de diversos fatores que conseguem explicar de maneira mais completa cada dimensão da sociedade. Os dados provenientes do novo indicador de sustentabilidade deixam claro que desenvolvimento econômico por si só é um modelo incompleto para o desenvolvimento da sociedade.

O estudo sobre o IPS proporcionou uma nova visão em relação ao desenvolvimento econômico e social. Os autores do índice suspeitam que o progresso econômico e o progresso social reforçam um ao outro, ou seja, o progresso social pode não ser apenas uma consequência do desenvolvimento econômico, ele pode ser também a causa do progresso econômico uma vez que ele aumenta a capacidade e a oportunidade de aumentar a eficiência do progresso da sociedade. A melhor compreensão dessa relação

dupla entre o progresso social e o progresso econômico pode ser muito importante na busca por um desenvolvimento sustentável.

Apesar do grande impacto positivo que a elaboração e criação do IPS teve ao redor do mundo, tanto entre líderes públicos quanto privados, a *Social Progress Imperative* diz que o estudo acerca do novo indicador conseguiu, finalmente, colocar um foco na discussão sobre o crescimento includente e a prosperidade compartilhada. Os autores do estudo prometem atualizar o índice anualmente, com a constante busca por dados cada vez mais confiáveis e mais abrangentes. O projeto está apenas no começo e possui um grande potencial de expansão e seu grande objetivo é acelerar o progresso social ao redor do mundo. A expectativa é que o índice seja apenas o ponto de partida para novos e importantes estudos sobre como identificar os problemas e implementar mudanças que melhorem a performance do progresso social, econômico e garantam a qualidade e manutenção dos recursos naturais.

CAPÍTULO V – CONCLUSÃO

Uma das maiores arrogâncias do ser humano é achar que ele pode, não só controlar como também usufruir da natureza como se ela não tivesse limites. Atualmente, está cada vez mais claro que estamos esgotando os recursos naturais do planeta. A Terra claramente está dando sinais de esgotamento. Não só os recursos naturais, mas todos os seres que vivem nele e dependem do mesmo, sejam humanos ou animais diversos estão sofrendo as consequências de muitos anos sem se preocupar com a saúde do meio ambiente. Entretanto, para isso é preciso que as mudanças ocorram urgentemente, e com forte intensidade.

A discussão a respeito da melhor forma de se medir o desenvolvimento ainda está longe de chegar em um ideal para todos. Entretanto, podemos perceber através desse estudo que já existem diversas e diferentes maneiras de se medir os impactos das atividades do ser humano. As ferramentas apresentadas aqui possuem, cada uma, seus pontos fortes e fracos, mas o mais interessante talvez seja combinar as informações que cada índice explicita para conseguirmos pensar e implementar as mudanças necessárias. Ainda que o Índice de Progresso Social tenha se mostrado o mais completo e abrangente dos indicadores por ser capaz de explicitar quais setores a sociedade mais precisa de investimentos e mudanças, os outros índices nos mostram importantes dados para a formulação e implementação de mudanças em busca de um desenvolvimento sustentável.

O caminho para as mudanças, entretanto, se mostra cada vez mais difícil. A cada ano que passa sem atitudes, não só em um âmbito global ou nacional, mas também em uma esfera local ou até individual, as mudanças se tornam cada vez mais urgentes. Um fator preocupante é o fato de que tais mudanças necessitam de tempo para serem estudadas e implementadas. Porém, o tempo é cada vez mais escasso devido ao imediatismo que a atual fase da globalização nos coloca. Além disso, temos a questão da

falta de consciência coletiva entre as pessoas. O individualismo moderno cria atitudes cada vez mais egoístas e, muitas vezes, a pessoa que joga uma lata de refrigerante no chão não percebe que aquilo pode afetar milhares de pessoas numa possível enchente, ou então pode prejudicar algum animal que desconhece o artefato.

Os indicadores aqui discutidos nos ensinam que as mudanças precisam ocorrer em todas as dimensões. A Pegada Ecológica, por exemplo, nos mostra que o desperdício e o atual modelo de desenvolvimento que prega o consumismo exacerbado está esgotando os recursos naturais do planeta e sua capacidade de regeneração tendo um importante potencial educativo. Já o Índice de Progresso Social, mais elaborado e com uma proposta mais complexa e abrangente, nos mostra que ainda existem diversos avanços sociais que precisamos atingir, como por exemplo, maior garantia dos direitos das mulheres em diversos países do mundo. Isso é um desafio enorme, principalmente no Oriente Médio e em alguns países africanos, uma vez que culturalmente as mulheres possuem menos direitos do que os homens. É preciso um avanço significativo nos meios de transporte, principalmente dos países considerados em desenvolvimento. É necessário trazer as classes mais baixas para o desenvolvimento econômico, uma vez que com mais acesso à educação, saúde e transporte de qualidade, tais pessoas poderão, não só contribuir para o desenvolvimento sustentável com novas ideias de mudanças, como também, através do conhecimento adquirido, se tornarão mais conscientes dos atuais problemas enfrentados pela humanidade.

Ainda que os grandes líderes públicos e privados tenham maior responsabilidade sobre as políticas implementadas e sobre o modelo de desenvolvimento, a mudança precisa vir de todos os lados. A mídia tem papel importante na divulgação dos indicadores de sustentabilidade. A população como um todo deve buscar sempre melhorar seus hábitos de consumo e descarte de lixo. Com uma ação conjunta podemos mudar o rumo do modelo de desenvolvimento e garantir que as gerações futuras tenham, no mínimo, as mesmas oportunidades de desenvolvimento que a sociedade atualmente vive.

CAPÍTULO VII - Referências Bibliográficas

DA VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2005.

DA VEIGA, José Eli. **Meio Ambiente & Desenvolvimento**. São Paulo, Ed. Senac, 2006.

DA VEIGA, José Eli. **Indicadores socioambientais: evolução e perspectivas**. Disponível em: <http://www.zeeli.pro.br>. São Paulo, 2009.

DA VEIGA, José Eli. Artigos e outros materiais disponibilizados em <http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/>

Índice de Progresso Social. Disponível em: <http://www.socialprogressimperative.org/data/spi>

PENEDO, Luana. **Indicadores de Sustentabilidade. Monografia de final de curso**. Departamento de Economia, PUC-Rio, 2009.

RAMOS, Samuel. **Os indicadores de sustentabilidade, pontos fortes e fracos da metodologia para avaliar a sustentabilidade**. Monografia de final de curso. Departamento de Economia, PUC-Rio,

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Desenvolvimento Sustentável: Uma Perspectiva Econômico-Ecológica**, em Revista Estudos Avançados 74, vol. 26, n. 74, jan/abr 2012, USP.

VAN BELLEN, Hans Michael. **Indicadores de sustentabilidade: Uma análise comparativa**. FGV Editora, 2ª edição, Rio de Janeiro, 2006.

VAN BELLEN, Hans Michael. **Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação**. “Ambiente e Sociedade”, Campinas, 2004.